MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA (MESP)
POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)

PROVA ORAL

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Paulo impetrou mandado de segurança visando à anulação do ato da autoridade que lhe aplicara a penalidade de demissão pela prática de improbidade administrativa. O impetrante alegou violação do princípio do contraditório ao argumento de que, durante o processo administrativo disciplinar, não lhe fora assegurada a participação no interrogatório dos demais corréus, tendo sido cada um ouvido separadamente. Além disso, alegou que não foram considerados os seus bons antecedentes para a aplicação de penalidade mais branda que a prevista.

Tendo como referência essa situação hipotética, discorra, com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre as alegações de Paulo e responda se elas justificam a concessão da medida de segurança.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

10.10 Regime disciplinar e processo administrativo-disciplinar.

PADRÃO DE RESPOSTA

4.1 Deverá o(a) candidato(a) apontar que, de acordo com o STJ, a lei não assegura a participação do acusado no interrogatório dos demais corréus. Nas hipóteses em que a acusação de ilícitos administrativos recaia sobre vários servidores públicos, cada um deles deve ser ouvido separadamente.

4.2 Deverá o(a) candidato(a) apontar que, de acordo com o STJ, enquadrada a conduta entre aquelas que ensejam penalidade de demissão, não é lícito à autoridade administrativa, mesmo a pretexto de valorar os alegados bons antecedentes do servidor, aplicar penalidade diversa daquela prevista em lei.

Conclui-se, portanto, que a segurança não deverá ser concedida.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. OPERAÇÃO “DIAMANTE NEGRO”. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. COMISSÃO PROCESSANTE. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. NULIDADES. NÃO OCORRÊNCIA. AMPLA DEFESA. LIMITES. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. ART. 132 DA LEI N.º 8.112/1990. IMPOSSIBILIDADE DE SANÇÃO DIVERSA DA DEMISSÃO. SÚMULA 650/STJ. ORDEM DENEGADA.

1. A teor do disposto no art. 1.º da Lei n.º 12.016/2009, a concessão da ordem vai condicionada à prévia e incontestável demonstração, mediante prova documental trazida já com a exordial (prova pré-constituída), capaz de evidenciar a alegada violação de direito líquido e certo, por ato abusivo ou ilegal da indicada autoridade coatora.

2. Observados os requisitos legais e formais de designação, a simples indicação de membros para compor a Comissão processante não viola o princípio do juiz natural, pois preservado o requisito da competência, nos termos constitucionais. Ademais, para as hipóteses nas quais a indicação

possa, em tese, comprometer a imparcialidade, a lei processual administrativa (Lei n.º 9.784/199) prevê, por seus artigos 18 a 21, as situações caracterizadoras do impedimento e da suspeição, aptas a recompor a ordem jurídica e assegurar ao servidor um processo justo.

3. No caso, o impetrante, tanto no curso do processo administrativo, quanto agora no presente *writ*, em nenhum momento questiona a imparcialidade dos membros do trio processante, mas apenas o fato de não se tratar de uma “Comissão Permanente de Disciplina”, sem apontar, objetivamente, efetivo prejuízo à defesa, como decorrência da composição do referido colegiado.

4. Não se aplicam aos Policiais Rodoviários Federais as disposições contidas no art. 53, § 1.º, da Lei n.º 4.878/1965. Precedentes específicos da Primeira Seção do STJ.

5. A lei não assegura a participação do acusado no interrogatório dos demais corréus. Nas hipóteses em que a acusação de ilícitos administrativos recaia sobre vários servidores públicos, cada um deles deve ser ouvido separadamente, ainda que todos possam acompanhar, em conjunto, a inquirição das testemunhas. Inteligência do disposto no art. 159, § 1.º, da Lei n.º 8.112/1990.

6. Até mesmo no processo penal, em que as garantias constitucionais devem ser observadas pelo Poder Público com extremo rigor, em razão do risco à liberdade, o contraditório e a ampla defesa encontram tempo e modo próprios. Não podem, em nome da ampla defesa ou do contraditório, ser permitidas intervenções do réu a qualquer tempo, sob pena de se inviabilizar a própria marcha processual.

7. A Lei n.º 8.112/1990, por seu art. 166, não contempla o exercício do contraditório pelo servidor investigado após a apresentação do relatório final pela Comissão Processante, razão pela qual descabe falar em cerceamento de defesa pela ausência de oportunidade para o servidor manifestar-se acerca de pareceres posteriormente emitidos pela Corregedoria e pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, cujas peças, sem caráter vinculante e sem agregar novas provas ao PAD, limitaram-se a subsidiar a decisão da autoridade julgadora.

8. É inviável a tentativa de discutir no mandado de segurança impetrado contra ato administrativo disciplinar a validade das provas colhidas pela autoridade policial federal no processo penal, sob pena de usurpação da competência do juízo criminal.

9. Enquadrada a conduta do ex-policial dentre aquelas previstas no art. 132 do Regime Jurídico dos Servidores da União, não é lícito à Autoridade administrativa, mesmo a pretexto de valorar os alegados bons antecedentes do servidor, aplicar penalidade diversa daquela prevista em lei. Incidência, à espécie, da Súmula 650/STJ.

10. Ordem denegada. (MS n. 19.771/DF, relator ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 24/2/2022, DJe de 17/3/2022)

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA (MESP)
POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)

PROVA ORAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

O relator de determinado processo em uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) determinou à polícia competente que conduzisse coercitivamente um investigado para comparecimento compulsório a sessão da referida comissão.

Responda, com fundamento no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), se é constitucional o ato determinado pelo relator.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

5.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 5.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 6 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.

PADRÃO DE RESPOSTA

4.1 Deverá o candidato apontar que, de acordo com o STF, na condução coercitiva, resta evidente que o investigado é conduzido para demonstrar sua submissão à força, o que desrespeita a dignidade da pessoa humana. A condução coercitiva representa uma supressão absoluta, ainda que temporária, da liberdade de locomoção. Há uma clara interferência na liberdade de locomoção, ainda que por período breve.

4.2 Deverá o candidato apontar que, ainda de acordo com o STF, o direito à não autoincriminação abrange a faculdade de o investigado comparecer ao ato, ou seja, inexistente a obrigatoriedade de comparecimento ou sanção pelo não comparecimento. De fato, o exercício do direito de permanecer em silêncio autoriza a escolha, pelo investigado, da atitude a ser seguida em relação ao comparecimento ou não ao ato para o qual foi intimado.

Na condução coercitiva, resta evidente que o investigado é conduzido para demonstrar sua submissão à força, o que desrespeita a dignidade da pessoa humana. (...) A condução coercitiva representa uma supressão absoluta, ainda que temporária, da liberdade de locomoção. Há uma clara interferência na liberdade de locomoção, ainda que por período breve. Potencial violação ao direito à não autoincriminação, na modalidade direito ao silêncio. Direito consistente na prerrogativa do implicado a recusar-se a depor em investigações ou ações penais contra si movimentadas, sem que o silêncio seja interpretado como admissão de responsabilidade (art. 5.º, LXIII, combinado com os arts. 1.º, III; 5.º, LIV, LV e LVII). O direito ao silêncio e o direito a ser advertido quanto ao seu exercício são previstos na legislação e aplicáveis à ação penal e ao interrogatório policial, tanto ao indivíduo preso quanto ao solto – art. 6.º, V, e art. 186 do CPP. (...) Também é assistido pelo direito a fazer-se aconselhar por seu advogado. Potencial violação à presunção de não culpabilidade. Aspecto relevante ao caso é a vedação de tratar pessoas não condenadas como culpadas (art. 5.º, LVII). A restrição temporária da liberdade e a condução sob custódia por forças policiais em vias públicas não são tratamentos que normalmente possam ser aplicados a pessoas inocentes. O investigado é claramente tratado como culpado. A legislação prevê o direito de ausência do investigado ou acusado ao interrogatório. O direito de ausência, por sua vez, afasta a possibilidade de condução coercitiva. Arguição julgada procedente, para declarar a incompatibilidade com a Constituição Federal da condução coercitiva de investigados ou de réus para

interrogatório, em razão do fato de o imputado não ser legalmente obrigado a participar do ato, e pronunciar a não recepção da expressão ‘para o interrogatório’, constante do art. 260 do CPP.

[ADPF 395 e ADPF 444, rel. min. Gilmar Mendes, j. 14-6-2018, P, *DJE* de 22-5-2019.]

Habeas corpus. 2. Intimação de investigado para comparecimento compulsório à Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de condução coercitiva e crime de desobediência. 3. Direito ao silêncio e de ser acompanhado por advogado. Precedentes (HC 79.812/SP, Rel. min. Celso de Mello, DJ 16.2.2001). 4. Direito à não autoincriminação abrange a faculdade de comparecer ao ato, ou seja, inexistente obrigatoriedade ou sanção pelo não comparecimento. Inteligência do direito ao silêncio. 5. Precedente assentado pelo Plenário na proibição de conduções coercitivas de investigados (ADPF 395 e 444). 6. Ordem concedida para convolar a compulsoriedade de comparecimento em facultatividade.

(HC 171438, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 28-05-2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-204 DIVULG 14-08-2020 PUBLIC 17-08-2020)

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA (MESP)
POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)

PROVA ORAL

DIREITO PENAL

QUESTÃO 3

Atenda, de forma justificada, ao que se pede a seguir, no que se refere à tentativa no direito penal.

- 1 Diferencie as espécies de tentativa no que diz respeito ao *iter criminis* percorrido e ao resultado produzido na vítima.
- 2 Defina, à luz da doutrina majoritária, o conceito de tentativa supersticiosa ou irreal.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

4.8 *Iter criminis*. 4.9 Consumação e tentativa. 4.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 4.11 Arrependimento posterior. 4.12 Crime impossível.

PADRÃO DE RESPOSTA

1) Quanto ao *iter criminis* percorrido, a tentativa pode ser:

- a) imperfeita (ou inacabada, ou tentativa propriamente dita): quando o agente é impedido de prosseguir no seu intento, deixando de praticar todos os atos executórios à sua disposição.
- b) perfeita (ou acabada, ou crime falho, ou frustrada): quando o agente, apesar de praticar todos os atos executórios à sua disposição, não consegue consumir o crime por circunstâncias alheias à sua vontade.

Quanto ao resultado produzido na vítima, a tentativa pode ser:

- a) tentativa branca ou incruenta: quando o golpe desferido pelo agente criminoso não atinge a vítima, não lhe gerando lesão ou ferimentos.
- b) tentativa vermelha ou cruenta: quando a vítima é efetivamente atingida pelo agente criminoso, provocando-lhe ferimentos.

2) A tentativa supersticiosa ou irreal ocorre quando o agente acredita estar incurso em uma situação típica que, na prática, não é realizável. Na tentativa supersticiosa, o agente tem plena consciência a respeito do meio que emprega ou do objeto visado e acredita que tanto num caso como noutro o resultado pode ser alcançado, embora, objetivamente, isso seja impossível.

Serve de exemplo o fato de que, na tentativa supersticiosa, o agente tem plena consciência das circunstâncias fáticas, mas jamais conseguirá obter resultado, como, por exemplo, quando ele acredita que matará a pessoa pela força de sua mente.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA (MESP)
POLÍCIA FEDERAL (PF)
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL (DGP)
COORDENAÇÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO (COREC)

PROVA ORAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 4

Discorra, de forma fundamentada, sobre as atribuições constitucionais conferidas à Polícia Federal e sobre a sua atuação para além dos limites da competência da justiça federal, mencionando sua previsão normativa, as condições necessárias para que ela ocorra e dois exemplos desse tipo de atuação.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

2.2 Atribuições da polícia federal na persecução criminal: Lei n.º 10.446/2002; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes.

2.3 Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência.

PADRÃO DE RESPOSTA

A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê, em seu artigo 144, § 1.º, as atribuições constitucionais da instituição. São elas:

- I apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Conforme previsto no texto constitucional, a Polícia Federal atua como polícia judiciária da União, sendo essa uma de suas atribuições. Pela análise do inciso I, verifica-se a hipótese de atuação da Polícia Federal quando o crime tiver repercussão interestadual ou internacional e exigir repressão uniforme. Dessa forma, a Lei n.º 10.446/2002 prevê que a Polícia Federal atuará nesses casos em que, não necessariamente, serão de competência da justiça federal, podendo assim ser de competência da justiça comum. Para que haja essa atuação, é necessária a autorização ou determinação do ministro de Estado da Justiça (parágrafo único do artigo 1.º da Lei n.º 10.446/2002).

Conforme previsto no artigo 1.º da Lei n.º 10.446/2002, o candidato pode citar, a título de exemplificação, quaisquer das seguintes hipóteses:

Art. 1.º Na forma do inciso I do § 1.º do art. 144 da Constituição, quando houver repercussão interestadual ou internacional que exija repressão uniforme, poderá o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal, em especial das Polícias Militares e Civis dos Estados, proceder à investigação, dentre outras, das seguintes infrações penais:

I) sequestro, cárcere privado e extorsão mediante sequestro (e 159 do Código Penal), se o agente foi impelido por motivação política ou quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima;

- II) formação de cartel (incisos I, a, II, III e VII do art. 4.º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990); e
- III) relativas à violação a direitos humanos, que a República Federativa do Brasil se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais de que seja parte; e
- IV) furto, roubo ou receptação de cargas, inclusive bens e valores, transportadas em operação interestadual ou internacional, quando houver indícios da atuação de quadrilha ou bando em mais de um Estado da Federação;
- V) falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e venda, inclusive pela internet, depósito ou distribuição do produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado (art. 273 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal);
- VI) furto, roubo ou dano contra instituições financeiras, incluindo agências bancárias ou caixas eletrônicos, quando houver indícios da atuação de associação criminosa em mais de um Estado da Federação;
- VII) quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Parágrafo único. Atendidos os pressupostos do *caput*, o Departamento de Polícia Federal procederá à apuração de outros casos, desde que tal providência seja autorizada ou determinada pelo Ministro de Estado da Justiça.”